



**Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste**  
**GABINETE DO PREFEITO**

OFÍCIO Nº 982

OURO PRETO DO OESTE - RO  
EM 04 DE OUTUBRO DE 1993.

Sr. Presidente,

Encaminhamos a esta Egregia Câmara Municipal, o Projeto de Lei nº 475 de 04 de Outubro de 1.993, que dispõe sobre o crédito suplementar para o Instituto de Previdência e Assistência dos servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste- RO, para que seja analisado e deliberado em caráter de urgência, pelos nobres vereadores deste Município.

Solicitamos a observância do prazo de urgência para a votação desta matéria e a convocação de sessão extraordinária.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
AGMAR DE SOUZA GOMES

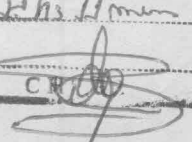
Prefeito Municipal

Exm<sup>o</sup>. Sr.

Auro Vieira Coelho.

M.D. Presidente da Câmara Municipal.

N E S T A.

CÂMARA MUNICIPAL DE
OURO PRETO DO OESTE
SS V. DE PROTOCOLO
RECEBIDO EM: 05/10/93
HORAS: 14h 10min




**Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste**  
**GABINETE DO PREFEITO**

MENSAGEM Nº 470 DE 04 DE Outubro DE 1.993.

Exm<sup>o</sup>. Sr<sup>o</sup> Presidente,  
Exm<sup>o</sup>. Sr<sup>as</sup> Vereadores,

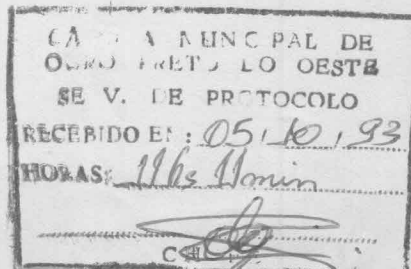
Honra-nos encaminhar o projeto de Lei nº 475 de 04 de outubro de 1.993, afim de que seja submentida à apreciação do nobres vereadores.

Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentárias.

Face o fim aque se destinam, classificam-se em:

- a) Suplementares- Os destinados a reforço orçamentário;
- b) Especiais- Os destinados a despesas para as quais não haja dotação específicas;
- c) Extraordinários- Os destinados à despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

O presente projeto de Lei, deve-se à modalidade de créditos adicional suplementar para suprir as programações do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste-RO, aumentando o limite de 35% (Trinta e Cinco por cento), autorizado na lei nº 457/93 para o limite de 90% (Noventa por cento).





## Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

GABINETE DO PREFEITO

Fl: 02

Com virtude de ser insuficiente a suplementação orçamentária anterior na ordem de 35% (Trinta e cinco por cento), dividido a defazagem do orçamento e atual conjuntura econômica nacional.

Considerando ainda o reajuste salarial concedido pelo Município na ordem de 180% (Cento e oitenta por cento), além do crescimento desordenado inflacionário que atravessa o País, refletindo diretamente nos serviços prestados pelo IPAM a seus Assegurados.

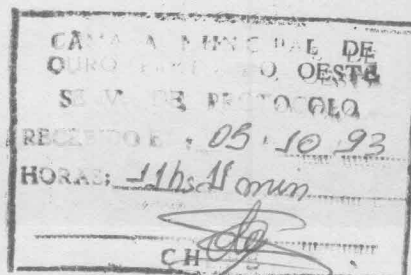
Face o exposto, e que submetemos a presente matéria à douta apreciação dos nobres Edis deste Município.

Assim, contamos com a aprovação dos pares desta casa pelo que agradecemos.

PALÁCIO DOS PIONEIROS.

JJP.

*Agm*  
Agm de Souza Gomes  
Prefeito Municipal





APROVADO  
1.ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 / 15 NA  
Em: 18 / 10 / 93



PROC. 368/93  
FOI H. 005  
[Assinatura]

**Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste**  
**GABINETE DO PREFEITO**

PROJETO DE LEI Nº 475

DE 04 DE outubro DE 1993,

APROVADO  
2.ª VOTAÇÃO  
QUORUM 14 / 15 NA  
Em: 25 / 10 / 93

"ALTERA A REDAÇÃO DO "CAPUT"  
E DO INCISO II DO ARTIGO 5º  
DA LEI Nº 457 DE 19.08.93".

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste-RO,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º) - O "CAPUT" e o inciso II do artigo 5º, da Lei 457 de 19-08-93, passam a vigorar com a seguinte redação.

Art. 2º) - Fica o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste, Autorizado:

.....  
II - A abrir, durante o exercício financeiro, Crédito \*Adicional Suplementar até o limite de 90% (Noventa por cento), do total das despesas fixadas, nos termos do § 1º do artigo 43 da lei 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 3º) - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º) - Revogam-se as disposições em contrário.

Agmar de Souza Gomes  
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE  
OURO PRETO DO OESTE  
SE V. DE PROTOCOLO  
RECEBIDO EM: 05/10/93  
HORAS: 11hs. 10min  
CH [Assinatura]

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
05/10/93	Nº: 368/93
RESPONSÁVEL	

PROC. 368/93
FOLH. 006

AO GABINETE DO PRESIDENTE:

SEGUE O PRESENTE PROCESSO QUE RECEBI E MONTEI EM 05-10-93, PARA PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.

*Ocyar Galvão do Silva.*  
 Serviço de Protocolo  
 Port. 113 - GP - CMOPO - 01.06-93

A Secção Legislativa

Segue o presente projeto p/ conhecimento do plenário.

*Heul*

Ao Plenário

Segue o presente processo

para conhecimento

Em 08.10.93

*Antônia Edna Dinheiro*  
 Chefe de Secção Legislativa  
 Port. 049 - CMOPO - RO - 93

Ao Assessor Jurídico

Segue o presente processo para parecer.

Em 13-10-93

*Antônia Edna Dinheiro*  
 Chefe de Secção Legislativa  
 Port. 049 - CMOPO - RO - 93

A Comissão de Justiça e Redação  
 Envia o presente projeto para  
 parecer no prazo regulamentar.  
 Em 13- outubro. 1993. -  
 José Martins dos Anjos  
 Assessor - Jurídico. -



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 475 DE 04/ OUTUBRO/ 1.993

ASSUNTO: "ALTERA A REDAÇÃO DO "CAPUT" E DO  
INCISO II DO ARTIGO 5º DA LEI Nº  
457 DE 19.08.93".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

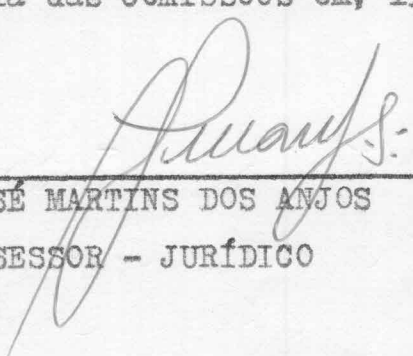
O Projeto é Constitucional, encontra-se em boa técnica Legislativa e regular redação.

Objetiva o Projeto a elevar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do total das despesas fixadas no orçamento vigente, para 90% (noventa por cento) das despesas fixadas no orçamento vigente.

Assim sendo, o Projeto está em condições de ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação e Orçamentos e Finanças.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 13 de outubro de 1.993.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ MARTINS DOS ANJOS  
ASSESSOR - JURÍDICO





ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 475 DE 04/ OUTUBRO/ 1.993

ASSUNTO: "ALTERA A REDAÇÃO DO "CAPUT" E DO  
INCISO II DO ARTIGO 5º DA LEI Nº  
457 DE 19.08.93".

PARECER TÉCNICO-JURÍDICO

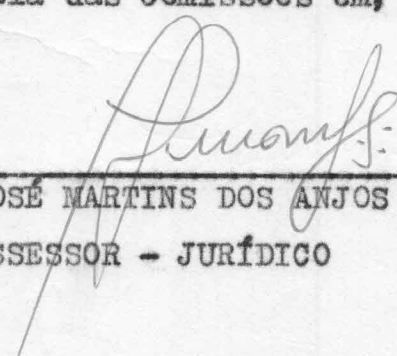
O Projeto é Constitucional, encontra-se em boa técnica Legislativa e regular redação.

Objetiva o Projeto a elevar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do total das despesas fixadas no orçamento vigente, para 90% (noventa por cento) das despesas fixadas no orçamento vigente.

Assim sendo, o Projeto está em condições de ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação e Orçamentos e Finanças.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 13 de outubro de 1.993.

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ MARTINS DOS ANJOS  
ASSESSOR - JURÍDICO



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 475 DE 04 DE OUTUBRO DE 1993

"ALTERA A REDAÇÃO DO "CAPUT" E DO INCISO II DO  
ARTIGO 5º DA LEI Nº 457 DE 19.08.93".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Relatando o presente Projeto, sentimos sua  
Constitucionalidade e legalidade, razões pelas quais somos favorá -  
veis à sua aprovação.

Quanto à sua viabilidade financeira, deixamos  
à Comissão de Orçamentos e Finanças a análise a questão.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 13 de outubro de 1993 .

ALVARO GONÇALVES ROCHA

RELATOR





COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / 10
Em: 18 / 10 / 93

PROJETO DE LEI Nº 475 DE 04 DE OUTUBRO DE 1993

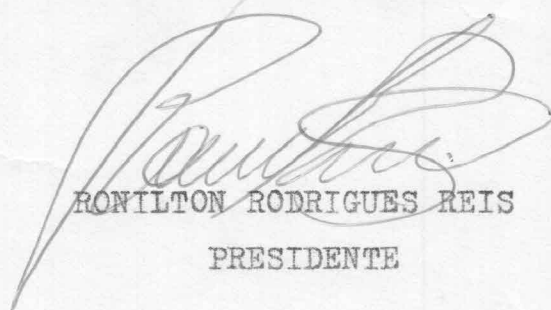
"ALTERA A REDAÇÃO DO "CAPUT" DO INCISO II DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 457 DE 19.08.93".

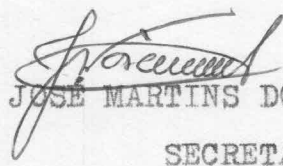
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 083

Esta Comissão após detida análise é favorável à sua aprovação, considerando a Constitucionalidade e legalidade do Projeto.

Quanto à sua viabilidade e necessidade, solicitamos à Comissão de Orçamentos e Finanças que analise a matéria. É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 13 de outubro de 1993 .

  
RONILTON RODRIGUES REIS  
PRESIDENTE

  
JOSE MARTINS DO NASCIMENTO  
SECRETÁRIO

  
ALVARO GONÇALVES ROCHA  
MEMBRO

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

APROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM 14/16  
Em: 18/10/93

PROJETO DE LEI Nº 475 DE 04 DE OUTUBRO DE 1993

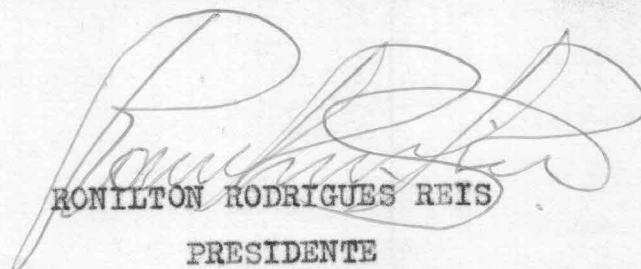
"ALTERA A REDAÇÃO DO "CAPUT" DO INCISO II DO  
ARTIGO 5º DA LEI Nº 457 DE 19.08.93".

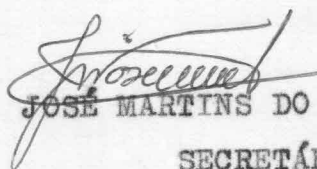
PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 083

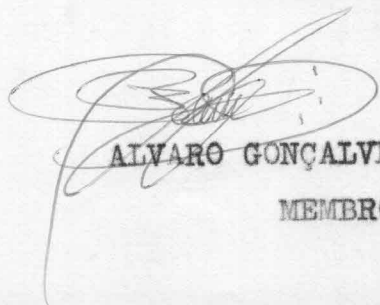
Esta Comissão após detida análise é favorável à sua aprovação, considerando a Constitucionalidade e legalidade do Projeto.

Quanto à sua viabilidade e necessidade, solicitamos à Comissão de Orçamentos e Finanças que analise a matéria.  
É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 13 de outubro de 1993 .

  
RONILTON RODRIGUES REIS  
PRESIDENTE

  
JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO  
SECRETÁRIO

  
ALVARO GONÇALVES ROCHA  
MEMBRO



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 475 DE 04 DE OUTUBRO DE 1993

"ALTERA A REDAÇÃO DO "CAPUT" E DO INCISO II DO  
ARTIGO 5º DA LEI Nº 457 DE 19.08.93".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Após apurada análise ao pedido de suplementa -  
ção orçamentária feito pelo IPAM de 35% para 90%.

Sabedores do aumento de Salário dos Servido -  
res e conhecendo a inflação avassaladora por que passa nosso País ,  
estamos concientizados de que o Projeto é viável e necessário.

Razões pelas quais, somos de parecer favorá -  
vel à aprovação do mesmo.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 13 de outubro de 1.993.

BRAZ RESENDE

RELATOR

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

APPROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM 14 / 18  
Em: 18 / 10 / 93

PROJETO DE LEI Nº 475 DE 04 DE OUTUBRO DE 1993

"ALTERA A REDAÇÃO DO "CAPUT" E DO INCISO II DO  
ARTIGO 5º DA LEI Nº 457 DE 19.08.93".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 58

A Comissão após detida análise do pedido de  
suplementação orçamentária feito pelo IPAM-OPQ-RO de 35% para 90% .

Sabedores do recente aumento de Vencimentos e  
Vantagens dos Servidores Municipal, conhecendo também a inflação  
avassaladora de 38% (trinta e oito por cento) mensal, estamos já  
conscientizados de que o Projeto é viável e necessário.

Razões pelas quais, somos de parecer favorável  
à sua aprovação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 13 de outubro de 1.993.

  
VALDINEY SANTOS MOITINHO

PRESIDENTE

  
BRAZ RESENDE

SECRETÁRIO

  
ANTONIO DE S. PENA FILHO

MEMBRO



PROC. 368/93  
FOLHA 011

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

APROVADO  
VOTAÇÃO ÚNICA  
QUORUM 14 / 14  
Em: 13 / 10 / 93

PROJETO DE LEI Nº 475 DE 04 DE OUTUBRO DE 1993

"ALTERA A REDAÇÃO DO "CAPUT" E DO INCISO II DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 457 DE 19.08.93".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO 100058

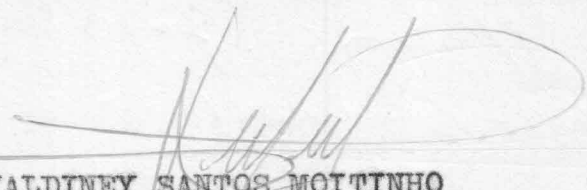
A Comissão após detida análise do pedido de suplementação orçamentária feito pelo IPAM-OPORRO de 35% para 90% .


Sabedores do recente aumento de Vencimentos e Vantagens dos Servidores Municipal, conhecendo também a inflação avassaladora de 38% (trinta e oito por cento) mensal, estamos já conscientizados de que o Projeto é viável e necessário.


Razões pelas quais, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 13 de outubro de 1.993.

  
VALDINEY SANTOS MOITINHO  
PRESIDENTE

  
BRAZ RESENDE  
SECRETÁRIO

  
ANTONIO DE S. PENA FILHO  
MEMBRO

A Seção Legislativa  
Segue o presente  
Processo para providenciar.

Em 13-10-93.


  
Valdney Santos Moitinho  
Vereador - PTR



Ao Plenário

Segue o presente processo  
para votação única do pa-  
recer e 1ª votação do Pro-  
jeto.


Em 14-10-93.

  
Antonia Edna P. Pinheiro  
Chefe de Seção Legislativa  
Port. 049 - CMOPO - RO - 93

Ao Plenário

Segue o presente processo  
para 2ª votação

Em 21-10-93

  
Antonia Edna P. Pinheiro  
Chefe de Seção Legislativa  
Port. 049 - CMOPO - RO - 93